

POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO: INVESTIGANDO O CENÁRIO DE DESMONTES

Lucilia Augusta Lino
prof.lucilia.uerj@gmail.com

Priscila de Souza Costa Couto
priscilasccouto@gmail.com

Izabel Cristina Marçal Gonçalves
izabelmarcal@live.com

Jacqueline de Oliveira Duarte Ferreira
jacquelineferreira33@hotmail.com

Maria da Conceição Calmon Arruda
conceicaoarruda2010@hotmail.com

O presente trabalho apresenta as preocupações investigativas do *Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Formação de Professores, democracia e direito à educação - GRUPEFOR*, com destaque para a concepção de educação e o cenário comum a três pesquisas em desenvolvimento. As investigações, visam a elaboração de dissertações de Mestrado vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Educação Processos Formativos e Desigualdades Sociais, da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

A proposta do *GRUPEFOR* é agregar pesquisadores interessados em estudar as políticas públicas educacionais e seus impactos na ampliação ou restrição do direito à educação e na carreira e atuação dos profissionais da educação, mais especificamente, aquelas que se referem à formação de professores e à gestão democrática, tendo como norte a defesa da educação pública e dos direitos sociais. Assim, as discussões travadas pelo grupo, composto por 10 professoras da educação básica em atuação em diferentes redes públicas do estado do Rio de Janeiro e três professoras da UERJ, estão ancoradas em uma concepção emancipadora de educação, referendadas na perspectiva sócio-histórica e crítica, entendendo que a construção da identidade

profissional dos professores/pesquisadores ocorre em processo formativo de caráter coletivo e participativo.

Neste texto focalizamos o que as pesquisas têm em comum, a saber: o recorte temporal e o cenário político, a fundamentação teórico-epistemológica e as concepções defendidas. Assim, em relação ao recorte temporal, temos o cenário social e político de crescimento do ideário neoliberal e avanço do conservadorismo no Brasil, nos últimos cinco anos, mais especificamente, a partir do golpe parlamentar-jurídico-midiático-empresarial de 2016.

As pesquisas em curso aliam a discussão sobre as políticas educacionais aos movimentos de resistência que favorecem a participação coletiva como parte do processo formativo e da construção da identidade profissional dos professores. Como fundamento comum, as investigações em curso compartilham a concepção formativa da *base comum nacional*, construída historicamente, ao longo das últimas quatro décadas, pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE.

A concepção formativa da *base comum nacional* e seus princípios orientam, no sentido teórico e político, as discussões do grupo. Dentre os princípios da *base comum nacional* enfatizamos pela contribuição a esse esforço investigativo a sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais, a unidade teoria-prática, o trabalho coletivo e interdisciplinar como eixo norteador do trabalho docente, a gestão democrática e o compromisso social, político e ético do educador. Consideramos que esses princípios potencializam o exercício da análise crítica da sociedade brasileira e da realidade educacional e a articulação com os movimentos sociais e suas lutas em defesa da educação, dos direitos sociais e da democracia e favorecem a compreensão dos processos de desmonte das políticas educacionais em curso (ANFOPE, 2021).

Como referencial teórico, destacamos o pensamento de Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu e Paulo Freire, que nos auxilia a compreender o significado social das relações de poder reproduzidas no sistema educacional e materializadas no cotidiano escolar e as possibilidades de superação de processos de dominação social, subordinação intelectual e alienação, pela

leitura do real e suas contradições, de forma crítica e contextualizada. Consideramos ser possível potencializar a atuação dos professores como intelectuais orgânicos e agentes de transformação a partir do engajamento em movimentos de resistência ao cenário de desmontes e retrocessos políticos e sociais, com impactos no campo educacional.

Nesse sentido, as pesquisas em desenvolvimento utilizam abordagens qualitativas e instrumentos afinados com os objetos investigados, guardadas as especificidades de cada proposta, sendo que, sistematicamente, de forma coletiva e plural, a discussão teórico-metodológica se dá para apropriação do referencial teórico e para a elaboração e análise dos instrumentos de coleta de dados a serem utilizados.

Partimos da compreensão da formação docente em uma concepção de educação comprometida com o despertar da consciência crítica dos educandos, de modo a propiciar que desenvolvam uma visão de mundo própria, desvinculada da visão hegemônica imposta como realidade, em uma perspectiva que articula o pensamento gramsciano e freiriano. Gramsci sustenta que “não se pode separar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção do mundo são, também elas, fatos políticos” (GRAMSCI, 1999, p. 97).

A análise crítica do cenário educacional atual, marcado por contrarreformas de caráter neoliberal, denominadas por Freitas (2018) de reformas empresariais da educação, evidencia os processos de padronização, centralização e controle, favorecendo processos de privatização da gestão da escola pública, precarização e alienação do trabalho docente, comprometendo a materialização do direito à educação.

As pesquisas em curso focalizam a formação dos professores para a educação básica e a gestão democrática, inseridas no atual cenário de desmonte das políticas educacionais, de descontinuidade e descaracterização dos programas de formação de professores, e de desfinanciamento da educação pública analisando os impactos na gestão de programas e escolas e na qualidade da educação básica pública no Estado do Rio de Janeiro.

Consideramos, analisando a legislação e a literatura pertinente, que a descontinuidade e desmonte das políticas educacionais e dos Programas de Formação, foram fruto de reorientação político-pedagógica do MEC, após 2016. Nesse enquadre, confirma-se a hegemonia de uma concepção neoliberal de educação que esvazia de significado a atuação docente, reduzida a dimensão instrucional e técnica, assim como desconsidera a função social e política da educação, descartando critérios de qualidade socialmente referenciados.

A atual reorientação normativa acelerada vem, sistematicamente, submetendo a educação brasileira à lógica neoliberal, de acordo com o prescrito por organismos multilaterais. A concepção de Estado mínimo orienta os processos de privatização, a padronização curricular, os sistemas de avaliação em larga escala, a centralização e o controle, intensificando a inserção na educação da lógica mercantil e gerencialista. A primazia dos interesses privatistas vem impactando o trabalho e a formação dos professores, acentuando processos de desvalorização de suas carreiras.

Essas transformações no campo educacional, aceleradas nos últimos anos, atingem todos os aspectos da docência – o currículo, a formação inicial e continuada, a carreira, as condições de trabalho, a avaliação e a gestão, configurando-se como “uma proposição de mudança em cadeia, da formação do professor, do trabalho docente e do aluno a ser formado (EVANGELISTA, SHIROMA, 2015, p.333). Assim, reafirma-se a centralidade da educação nas propostas de redução do Estado e dos direitos sociais, dentro da concepção neoliberal que hegemoniza o cenário político atual.

A imposição de uma padronização curricular, via BNCC, além de reduzir e esvaziar de significado o currículo da educação básica, projeta impactar a formação de professores, pela descaracterização dos cursos de licenciatura. Nesse processo de mudança paradigmática dos currículos, destaca-se a descaracterização dos programas de formação que sobreviveram ao desmonte das políticas educacionais, assim como dos cursos de formação de professores, da gestão democrática e da autonomia das Universidades, entre outros ataques.

Nesse cenário, complexificado pela pandemia da Covid 19, acirram-se desigualdades educacionais, acelerando processos de precarização do

magistério e desvalorização dos profissionais da educação, demandando uma análise crítica dos impactos na educação.

REFERÊNCIAS

ANFOPE. *Documento Final do XX Encontro Nacional*. Brasília, ANFOPE, 2021.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada. *Revista Contemporânea de Educação*, vol.10, n.20, p.314 a p.341, julho/dezembro de 2015.

FREITAS, L. C. de. *A reforma empresarial da educação – nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular. 2018.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. V. 1.